

Estado da arte: a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva nas Escolas do Campo

Lucia Mara de Lima Padilha ¹

Joelma Aparecida Krepel ²

Resumo

Este texto tem por objetivo apresentar um ‘Estado da Arte’ sobre a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva nas Escolas do Campo, localizadas no Estado do Paraná. Considerando a importância e necessidade de uma pesquisa bibliográfica para fornecer uma base teórica para um estudo específico, o Estado da Arte oferece uma perspectiva ampla sobre as publicações referentes ao tema em questão. Isso não apenas apresenta um panorama mais completo, mas também orienta os direcionamentos a serem seguidos durante a pesquisa. Assim, a finalidade do Estado da Arte consiste em reunir, estruturar e conectar as pesquisas sobre um determinado tema, proporcionando uma compreensão abrangente e uma reflexão sobre o mesmo. A pesquisa de publicações focadas na Educação Especial dentro do contexto das Escolas do Campo permitiu uma maior exploração do tema, além de avaliar a importância e o impacto desses estudos no meio acadêmico e educativo. Este estudo foi desenvolvido em duas etapas principais: inicialmente, realizou-se um levantamento de trabalhos publicados de 2015 a 2023 no banco de dados da CAPES (incluindo teses e dissertações) que discutem a Educação Especial sob uma perspectiva inclusiva nas Escolas do Campo, defendidos nos programas de pós graduação em educação, empregando descritores como: ‘Educação Especial’, ‘Escolas do Campo’ e ‘Paraná’. Posteriormente, procedeu-se à revisão desses trabalhos, envolvendo a leitura de títulos, resumos e a análise dos documentos selecionados. Durante a fase de análise, foram avaliados elementos como os autores, o ano de publicação, a metodologia empregada, os objetivos da pesquisa, as características da amostra, os métodos utilizados e os principais resultados encontrados.

Palavras-chave: Educação Especial; Escolas do Campo; Paraná

Introdução

Este estudo apresenta os resultados de uma revisão bibliográfica, conhecida como Estado da Arte, sobre a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva em Escolas do Campo no Estado do Paraná. A relevância de uma pesquisa bibliográfica é fundamental para estabelecer uma base teórica que oriente investigações específicas dentro deste tema. Através do Estado da Arte, busca-se oferecer uma visão das publicações existentes sobre o tema, proporcionando um entendimento mais completo dos avanços e desafios relacionados a essa área.

A pesquisa, desenvolvida no contexto do Grupo de Estudo e Pesquisa em Processos de Aprendizagem GEP-ProA, vinculado ao Programa de Extensão e Pesquisa em Processos de Aprendizagem (PEP-ProA) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e ao Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI/UEPG)³, caracteriza-se como um estudo exploratório de levantamento, que implica a coleta de informações sobre o universo

¹ Professora do Departamento de Educação e Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI na Universidade Estadual de Ponta Grossa- Pr. lmlpadilha@uepg.br

² Mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI . Universidade Estadual de Ponta Grossa- PR. joelma.krepel.uepg@gmail.com

³ Agradecemos ao Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes (SECIHLA) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) pelo apoio e recursos disponibilizados.

estudado e fornece dados gerais para outras pesquisas. A metodologia adotada facilita a compreensão da realidade e permite a quantificação dos fenômenos observados, conforme aponta Gil (2008).

O Estado da Arte integra o conjunto de pesquisas conhecidas como revisão bibliográfica ou revisão de literatura. Conforme explica Severino (2007), na pesquisa bibliográfica aproveita-se o acervo de pesquisas anteriormente realizadas, que são registradas em materiais impressos como livros, artigos e teses. Tais registros englobam dados de categorias teóricas anteriormente exploradas por outros pesquisadores e devidamente documentadas, servindo esses textos como bases fundamentais para os temas a serem investigados.

O estudo foi conduzido em duas fases principais. Inicialmente, realizou-se um levantamento dos trabalhos publicados no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, abarcando teses e dissertações que abordassem a Educação Especial sob uma ótica inclusiva nas Escolas do Campo, e em seguida, procedeu-se à revisão desses trabalhos. As pesquisas consideradas neste levantamento foram publicadas entre 2015 e 2023 e identificadas por meio dos descritores “Educação Especial”, “Escolas do Campo” e “Paraná”, enfocando a temática central proposta.

A Educação Especial na perspectiva inclusiva e a Educação do Campo

O princípio da educação inclusiva, que se tornou proeminente em documentos internacionais a partir da década de 1990, sustenta que a educação é um direito fundamental para todos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, sociais, étnicas, culturais, etárias, linguísticas, religiosas ou de gênero.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é o primeiro marco regulatório na garantia da matrícula das pessoas com deficiência na escola comum no Brasil. A legislação conceitua a Educação Especial como uma

[...] modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008).

Para fomentar os direitos das pessoas com deficiência, a política definiu claramente seu público-alvo: indivíduos que apresentam limitações de longo prazo de caráter físico, mental, intelectual ou sensorial, que, ao interagirem com várias barreiras, enfrentam obstáculos para sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de condições com outros cidadãos. Assim, os sujeitos considerados público-alvo da educação especial compreendem alunos com

deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (BRASIL, 2008).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), também enfatiza que, em todas as etapas e modalidades da educação básica, o Atendimento Educacional Especializado-AEE, deve ser estruturado para apoiar o desenvolvimento dos estudantes. Assim, o AEE deve promover a inclusão escolar de todos os estudantes, público-alvo da Educação Especial, assegurando acesso, participação e aprendizagem no ensino regular. Esse atendimento envolve:

[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008).

Portanto, em todas as etapas e modalidades da educação básica o AEE é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional.

Deste modo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, garante a interface da modalidade Educação Especial com a modalidade Educação do Campo e deve assegurar que os recursos, serviços e o AEE estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (BRASIL, 2008).

Pesquisas realizadas por Leite (2002), Arroyo (2008), Souza (2006) e Munarim (2006) indicam que o campo tem sido historicamente percebido como um espaço de atraso, uma condição a ser superada. Consequentemente, as políticas sociais e educacionais não foram priorizadas para as populações rurais. Segundo Leite (2002),

A Educação Rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação política ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: gente da roça não carece de estudos. Isto é coisa de gente da cidade. (Leite, 2002, p. 14)

A Educação do campo, como modalidade educacional, se consolidou no Brasil apenas na década de 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº

9394/96, especificamente em seu Artigo 28, que estabelece a adaptação curricular como uma opção viável para as escolas do campo.

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - Conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - Organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar; às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - Adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

A mudança da abordagem educacional do meio rural para a concepção da Educação do Campo reflete uma mudança significativa tanto na percepção quanto no tratamento dado às comunidades rurais, ribeirinhas e florestais. A Educação Rural, focada em homogeneizar os povos do campo, é substituída pela Educação do Campo, que valoriza a diversidade dessas comunidades, propondo modelos educacionais específicos como escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Enquanto a educação rural visava preparar os indivíduos principalmente para a produção de matérias-primas e fornecimento de mão de obra técnica, a Educação do Campo almeja fortalecer um projeto popular que reconheça e desenvolva a agricultura familiar e camponesa de acordo com as necessidades da maioria. Essa abordagem busca integrar o campo em um modelo de desenvolvimento sustentável, com apoio estatal e gestão dos próprios agricultores e camponeses, superando a dicotomia campo-cidade e concebendo o campo como um espaço de vida, cultura, educação e solidariedade.

Nesse sentido, as políticas educacionais devem assegurar que os habitantes das áreas rurais tenham acesso a uma educação que seja tanto realizada no campo quanto voltada para as necessidades e características do campo. Segundo Caldart (2002) “[...] No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”. (Caldart, 2002, p.18).

Diferentemente da visão de que a escola rural deve "salvar" um povo supostamente incapaz, a Educação do Campo vê a educação articulada a outras políticas públicas de garantia de direitos sociais e humanos, valorizando a participação ativa de educadores, estudantes e comunidades na criação de uma escola emancipadora.

No Paraná, a Resolução n.º 4783/2010 - GS/Seed, institui a Educação do Campo como Política Pública Educacional com vistas à garantia e a qualificação do atendimento escolar aos diferentes sujeitos do campo, nos diferentes níveis e modalidades de ensino da Educação

Básica. Destinada ao atendimento da Educação Básica da população rural, identificada pela comunidade local.

Art. 2. Parágrafo Único – Considera-se população rural os agricultores familiares, os pequenos proprietários, os faxinalenses, os extrativistas, os pescadores artesanais das ilhas, os ribeirinhos, os assentados, os acampados e a população inserida em comunidades caracterizadas pela especificidade de modo de vida e trabalho com a terra e a água. (SEED, 2010).

A resolução define que as Escolas do Campo estão localizadas em comunidades ligadas ao trabalho com a terra, independentemente de onde se situem. Tais escolas devem possuir infraestrutura adequada ao ensino e aprendizagem. A Secretaria de Estado da Educação é responsável por desenvolver e implementar políticas públicas que assegurem qualidade e manutenção da Educação do Campo, promovam a formação continuada de educadores, e integrem práticas de Agroecologia às atividades escolares. (SEED, 2010).

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná - SEED/PR⁴, o Paraná conta com cerca de 800 Escolas Municipais do Campo, mais da metade das quais são multisseriadas. Além disso, possui mais de 540 Escolas e Colégios Estaduais do Campo espalhados pelos mesmos núcleos, atendendo a uma diversidade de grupos rurais como posseiros, boias-frias, ribeirinhos, pessoas afetadas por barragens, assentados, arrendatários, entre outros. Entre as particularidades dessas escolas, destacam-se as Escolas das Ilhas do Litoral Paranaense, as Escolas Estaduais do Campo Multianos, as Escolas Itinerantes e os Colégios de Assentamento da Reforma Agrária do Paraná.

As Escolas do Campo do Paraná, abrangem, portanto, uma diversidade de grupos rurais, e desempenham um papel crucial na inclusão educativa. Nesse sentido, a interface entre Educação Especial e Educação do Campo se faz necessária conforme indicado nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), que especificam no Artigo 2º que as escolas rurais devem adaptar seus projetos institucionais para incorporar os princípios da educação especial.

Além disso, a Resolução CNE/CEB nº 2/2008, no parágrafo 5º do Artigo 1º, reforça que os sistemas de ensino tomarão providências para que as crianças e os jovens com necessidades especiais, “[...] objeto da modalidade de Educação Especial, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular. (BRASIL, 2008)”. Esta articulação entre as legislações reflete um esforço contínuo

⁴ Dados disponíveis em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/educacao_campo_parana

para assegurar que a educação seja inclusiva e acessível a todos, independentemente de onde vivam.

Resultados e discussões

A revisão incluiu uma análise de vários aspectos, tais como autoria, ano de publicação, metodologia utilizada, objetivos da pesquisa, características da amostra, métodos empregados e os principais resultados obtidos.

A pesquisa utilizou os descritores "Educação Especial", "Escolas do Campo" e "Paraná" em trabalhos publicados entre 2015 e 2023. Essa combinação de descritores resultou na identificação de 204 trabalhos. No entanto, apenas 4 desses estudos exploram a relação entre Educação Especial e Escolas do Campo, evidenciando uma notável escassez de pesquisas focadas na interface entre Educação Especial Inclusiva e Escolas do Campo no Paraná.

Os resultados deste levantamento, que serão apresentados em detalhes no Quadro 1 a seguir, proporcionam uma análise dos estudos existentes na área selecionada, publicados entre os anos de 2015 a 2023. A apresentação desses dados não apenas ilustra a situação atual da pesquisa, mas também sublinha a necessidade em expandir e aprofundar os estudos neste campo, visando contribuições significativas para a prática educacional e para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

Quadro 1 – Teses e Dissertações levantadas

ANO	AUTOR	TÍTULO	UNIVERSIDADE	NÍVEL
2020	FESTA, Priscila Soares Vidal	As Interfaces Educação Especial e Educação Do Campo: elementos constitutivos e o sujeito no discurso Político pedagógico na produção acadêmica e documental.	Universidade Tuiuti do Paraná	Doutorado em Educação
2022	LOPES, Silvia Iris Afonso	Entre o que se fala e o que se cala na educação especial nas escolas do campo: inclusão e contradição.	Universidade Tuiuti do Paraná	Doutorado em Educação
2022	LOPES, Marili Moreira	Práticas inclusivas na Educação Do Campo: desafios e perspectivas da formação docente.	Universidade Estadual do Paraná	Mestrado Profissional em Educação Inclusiva
2022	ARAUJO, Ana Paula	A educação inclusiva na Escola do Campo: contribuições para o protagonismo da oralidade campesina nas aulas de língua portuguesa.	Universidade Estadual do Paraná	Mestrado Profissional em Educação Inclusiva

Fonte: elaborado pelas autoras a partir dos dados disponíveis no Banco de dados da Capes (2015 a 2023).

A tese de Priscila Soares Vidal Festa, intitulada "**As Interfaces Educação Especial e Educação do Campo: Elementos Constitutivos e o Sujeito no Discurso Político-Pedagógico na Produção Acadêmica e Documental**", foi defendida em 2020 na Universidade Tuiuti do

Paraná. Este estudo investiga a intersecção entre a Educação Especial e a Educação do Campo no Brasil, com uma análise do Estado do Paraná. A pesquisa utiliza uma metodologia bibliográfica e documental, com abordagem quali quantitativa.

O estudo analisa setenta e três produções científicas, além de revisar documentos oficiais, como leis, decretos, resoluções e diretrizes, e abrange matrizes curriculares e ementas de trinta cursos de licenciatura em Educação do Campo em dezoito Estados brasileiros. O objetivo geral é identificar os elementos constitutivos que configuram as interfaces entre a Educação Especial e a Educação do Campo, buscando compreender como esses dois domínios se interconectam e quais são os principais desafios e contradições.

A pesquisa emprega duas correntes teóricas baseadas no materialismo: o Materialismo Histórico-Dialético e a Análise Dialógica do Discurso. Os resultados destacam um significativo descompasso entre a legislação e a prática, evidenciando a distância entre o que é proposto pelas políticas normativas e a implementação efetiva nas escolas do campo, especialmente em relação à Educação Especial. Também enfatizam o papel central do protagonismo dos sujeitos com deficiência e dos povos do campo, além de discutir a formação docente e a "invisibilidade" do sujeito com deficiência nas interfaces estudadas.

Outra pesquisa importante é a tese de doutorado de Silvia Iris Afonso Lopes, defendida em 2022 na Universidade Tuiuti do Paraná. A pesquisa investiga as dinâmicas da Educação Especial nas escolas do campo, com foco especial na realidade de Prudentópolis, Paraná. Intitulada "**Entre o que se fala e o que se cala na Educação Especial nas escolas do campo: Inclusão e Contradição**", a pesquisa adota uma abordagem metodológica baseada no materialismo histórico e dialético, explorando categorias como contradição e processos sociais.

O objetivo principal é compreender as narrativas de estudantes com deficiência, suas famílias e os profissionais da educação que atuam nessas escolas rurais, buscando desvendar tanto as práticas pedagógicas quanto as especificidades das relações educacionais nesse contexto. A amostra inclui seis alunos de duas escolas do campo, além de familiares e profissionais envolvidos na acessibilidade desses alunos. Os métodos de coleta de dados incluíram observações participativas, registros fotográficos e entrevistas detalhadas, analisados através das categorias teóricas selecionadas. Os resultados revelam uma série de contradições entre as políticas educacionais prescritas e a prática pedagógica real, apontando para uma significativa invisibilidade e silenciamento dos sujeitos com deficiência.

A dissertação de Marili Moreira Lopes, também defendida em 2022 na Universidade Estadual do Paraná, investiga "**Práticas Inclusivas na Educação do Campo: Desafios e Perspectivas da Formação Docente**". Este estudo de mestrado foca na formação de

professores em escolas do campo em Paranaguá, Paraná, com ênfase nas práticas inclusivas para estudantes com deficiência. A metodologia é qualitativa, baseada em pesquisa de campo e bibliográfica. Os dados foram coletados através de questionários via Google Forms e sessões reflexivas com professores de sete escolas rurais, culminando em análises feitas através da metodologia de Pesquisa Colaborativa de Ibiapina (2008) e a análise de conteúdo de Bardin (2016).

O objetivo central é examinar e compreender a formação docente no contexto das práticas inclusivas para alunos com deficiência no ambiente específico das Escolas do Campo. Os resultados apontaram para desafios como a falta de recursos e a necessidade de uma formação docente mais sólida e específica para atender às necessidades de inclusão. Como parte de sua contribuição acadêmica, Lopes desenvolveu um Caderno Pedagógico, propondo um curso de formação contínua para professores na área de Educação Inclusiva, visando melhorar a formação dos educadores para o atendimento às especificidades dos alunos com deficiência nas escolas do campo. Este trabalho não apenas destaca os obstáculos enfrentados pelos educadores em ambientes rurais, mas também oferece soluções práticas para a melhoria da formação docente e práticas pedagógicas inclusivas, contribuindo para o campo da Educação Especial e Educação do Campo.

A dissertação de Ana Paula Araújo da Silva, defendida em 2022 na Universidade Estadual do Paraná explora a educação inclusiva na escola do campo, com foco na oralidade campesina nas aulas de Língua Portuguesa. O estudo, intitulado "**A Educação Inclusiva na Escola do Campo: Contribuições para o Protagonismo da Oralidade Campesina nas Aulas de Língua Portuguesa**", emprega uma metodologia de pesquisa-ação, combinando investigação bibliográfica com intervenções pedagógicas diretas numa escola rural.

O objetivo principal da pesquisa de Silva (2022) é promover o protagonismo dos alunos camponeses, valorizando a oralidade como expressão cultural e identitária dentro do contexto educacional rural. Este objetivo envolve a análise de práticas pedagógicas existentes e a implementação de novas estratégias que integrem e ressaltem a oralidade campesina nas aulas de Língua Portuguesa. Os resultados obtidos no estudo indicam que práticas pedagógicas que enfatizam e valorizam a oralidade campesina podem enriquecer significativamente a experiência educativa dos alunos, promovendo a inclusão e o respeito pela diversidade cultural rural. Além disso, a pesquisa destacou a importância de uma formação continuada para professores, que os capacite a compreender e integrar as especificidades da educação do campo em suas metodologias de ensino.

O quadro 2 a seguir, fornece uma síntese da análise realizada sobre os trabalhos examinados. Ele destaca os principais aspectos de cada estudo, incluindo o foco da pesquisa, os resultados mais relevantes e as contribuições significativas que cada trabalho oferece ao campo da educação. Esta apresentação organizada visa facilitar a compreensão das temáticas abordadas e das implicações práticas dessas descobertas para futuras investigações e práticas educacionais.

Quadro 2 – Síntese da análise realizada.

Autor	Foco da Pesquisa	Principais Resultados	Contribuições
Priscila Soares Vidal Festa	Intersecção entre Educação Especial e Educação do Campo.	Descompasso entre políticas normativas e implementação no campo; invisibilidade do sujeito com deficiência.	Análise crítica das políticas existentes; sugere alinhamento entre intenções políticas e realidades práticas.
Silvia Iris Afonso Lopes	Experiências de alunos com deficiência nas escolas do campo.	Contradições entre teoria e prática; significativa invisibilidade e silenciamento dos sujeitos com deficiência.	Análise crítica e sugestão de alinhamento político-prático; destaca desafios da educação especial no campo.
Marili Moreira Lopes	Desafios na formação de professores para práticas inclusivas.	Necessidade de desenvolvimento profissional contínuo dos professores.	Fornecer ferramentas práticas para formação de professores (Caderno Pedagógico).
Ana Paula Araujo	Valorização da oralidade campesina nas aulas de Língua Portuguesa.	Enriquecimento da experiência educativa e promoção da inclusão através da valorização da cultura local.	Demonstra como integrar práticas pedagógicas inovadoras no currículo para fortalecer a identidade cultural.

Fonte: elaborado pelas autoras a partir dos trabalhos levantados.

Cabe ainda destacar que as pesquisas analisadas, sobre Educação Especial Inclusiva nas Escolas do Campo no Paraná, revelam uma série de desafios recorrentes e específicos que dificultam a implementação de práticas pedagógicas eficazes e verdadeiramente inclusivas.

Primeiramente, a tese de Priscila Soares Vidal Festa (2020), ressalta a problemática da invisibilidade e marginalização dos alunos com deficiência, que frequentemente são deixados à margem dos processos educativos e dos discursos político-pedagógicos, sugerindo uma desconexão entre as intenções das políticas de inclusão e sua efetivação prática. Silvia Iris Afonso Lopes (2022), aborda desafios semelhantes, apontando para as contradições entre as diretrizes políticas e as condições reais nas escolas do campo. Ela destaca o silenciamento e a invisibilidade dos estudantes com deficiência como barreiras significativas para a realização de uma educação verdadeiramente inclusiva, onde a teoria frequentemente não se alinha com a prática.

Por outro lado, Marili Moreira Lopes (2022) foca nos desafios associados à falta de recursos adequados e à necessidade de uma formação docente mais específica. Seu trabalho sugere que sem o desenvolvimento profissional contínuo dos professores, capacitando-os a lidar com as especificidades da educação inclusiva no campo, os esforços para implementar práticas pedagógicas eficazes são severamente comprometidos. Ana Paula Araujo (2022), destaca o desafio de integrar a oralidade e a cultura campesina no currículo escolar, visando criar um ambiente educacional que valorize a identidade cultural dos alunos do campo. Ela também ressalta a importância de promover o protagonismo dos alunos camponeses, permitindo que suas vozes e experiências culturais enriqueçam o processo educativo e contribuam para uma educação mais relevante e inclusiva.

Esses estudos ilustram a complexidade dos desafios enfrentados na implementação de práticas educacionais inclusivas em contextos rurais. Eles sublinham a necessidade de políticas educacionais inclusivas, bem como práticas pedagógicas que não apenas reconheçam, mas também integrem as realidades socioculturais dos estudantes do campo. A inclusão efetiva exige uma abordagem que considere tanto as necessidades educacionais quanto as culturais dos alunos, assegurando que todos tenham acesso a uma educação de qualidade que respeite e celebre sua diversidade.

Algumas considerações

A investigação bibliográfica evidenciou que, apesar da importância da interface entre Educação Especial e Educação do Campo, existem poucos estudos detalhados sobre esse tema específico no Paraná, com apenas quatro pesquisas identificadas entre 2015 e 2023. Essa escassez evidencia uma lacuna significativa no conhecimento que necessita ser abordada por futuras pesquisas acadêmicas.

Por meio do Estado da Arte, o artigo não só apresenta um panorama dos avanços e desafios na implementação de práticas inclusivas em Escolas do Campo, mas também destaca a necessidade de expandir o corpo de pesquisa sobre este tema. A educação inclusiva, que promove o direito de todos à educação, independentemente de desafios físicos, sensoriais ou intelectuais, exige uma base teórica sólida e dados empíricos que orientem políticas e práticas educacionais eficazes.

As pesquisas levantadas ressaltam desafios comuns, como a desconexão entre políticas de inclusão e sua aplicação prática, a falta de recursos adequados e a necessidade de formação específica para professores. Esses desafios são ampliados no contexto das escolas do campo,

onde as particularidades da vida rural e as limitações de acesso a recursos dificultam a implementação efetiva de estratégias inclusivas.

Em conclusão, esta pesquisa destaca a importância de ampliar o estudo sobre Educação Especial na perspectiva inclusiva nas Escolas do Campo no Paraná. Promover mais pesquisas nesta área não apenas enriquecerá o corpo de conhecimento existente, mas também contribuirá para o desenvolvimento de práticas educativas verdadeiramente inclusivas, capazes de atender às necessidades de todos os alunos e fortalecer a educação nas comunidades rurais.

Referências

ARAUJO, A. P. **A educação inclusiva na Escola do Campo: contribuições para o protagonismo da oralidade campesina nas aulas de Língua Portuguesa.** 2022. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva) - Universidade Estadual do Paraná, Reitoria, Presidente Prudente, 2022. Disponível em: <<http://profei.unespar.edu.br/paginas/producoes-intelectuais>> . Acesso em: [27/05/2024].

ARROYO, M. A educação básica e o movimento social do campo. In: CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo.** Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: [27/05/2024].

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 set. 2001. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> . Acesso em: [27/05/2024].

BRASIL. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 10, 30 abr. 2008. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN22008.pdf?query=escolas%20do%20campo> . Acesso em: [28/05/2024].

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 4 abr. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: [27/05/2024].

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>> . Acesso em: [27/05/2024].

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Jorge Edgar; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette. **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: DF, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOPES, S. I. A. **Entre o que se fala e o que se cala na educação especial nas escolas do campo**: inclusão e contradição. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual do Paraná, Presidente Prudente, 2022. Disponível em: <<https://tede.utp.br/jspui/bitstream/tede/1908/2/ENTRE%20O%20QUE%20SE%20FALA.pdf>>. Acesso em: [27/05/2024].

LEITE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, M. M. **Práticas inclusivas na Educação do Campo**: desafios e perspectivas da formação docente. 2022. 118 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva) - Universidade Estadual do Paraná, Reitoria, Presidente Prudente, 2022. Disponível em:<<http://profei.unespar.edu.br/paginas/producoes-intelectuais>> . Acesso em: [27/05/2024].

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 4783, de 28 de outubro de 2010. **Institui a Educação do Campo como Política Pública Educacional**. Disponível em: <https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/resoluo_4783_2010.pdf>. Acesso em: [27/05/2024].

MUNARIM, A. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: MDA, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, M. A. **Educação do campo**: propostas e práticas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.